

VENANCIO, Ana Teresa e POTENGY, Gisélia Franco
(Orgs.)

*O asilo e a cidade: Histórias
da Colônia Juliano Moreira*

Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

SANDRA CAPONI

Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC

MARÍA FERNANDA VÁSQUEZ

Universidade Federal de Santa Catarina | UFSC

122

As leituras atuais sobre a história das instituições psiquiátricas caracterizam-se por adotar uma perspectiva de análise crítica, preocupada por mostrar até que ponto esses espaços de isolamento e exclusão teriam uma função social exclusiva, o controle social. As organizadoras do livro que aqui apresentamos, Ana Teresa Venancio e Gisélia Franco Potengy, afirmam que não pretendem limitar sua pesquisa à reiteração dessa leitura hegemônica, negando-se a narrar a história da Colônia Juliano Moreira pelo viés exclusivo do controle. Isso não implica que *O asilo e a cidade*, pretenda retornar a uma história clássica ou hagiográfica da psiquiatria, uma história que se restringiria a exaltar as virtudes ou conquistas dos grandes homens de ciência. Muito pelo contrário, o livro que hoje resenhamos tem como ponto de partida uma história crítica da psiquiatria considerada como instituição de isolamento e exclusão, e a partir dessa certeza, compartilhada com a antipsiquiatria, abre um conjunto de questões indispensáveis para compreender o lugar social que essa instituição ocupou ao longo de sua história. O livro propõe ingressar nesse campo complexo demarcado pelo diálogo que se estabelece entre a vida cotidiana que transcorre nas cidades e as instituições de assistência. Isto é, se interroga pelo modo como se vincula uma instituição psiquiátrica, a Colônia Juliano Moreira, com um território, a região de Jacarepaguá, com os seus cidadãos e suas práticas cotidianas.

Em nove capítulos, que se sucedem de acordo a uma sequência cronológica, são apresentados os resultados de pesquisas dedicadas a analisar essas múltiplas articulações existentes, ao longo da história, entre a Colônia e a vida cotidiana da cidade de Rio de Janeiro. Entender essas articulações implica analisar de que modo dita instituição se vinculou com os imaginários sociais sobre a loucura, sem deixar de interrogar-se pelas transformações e mudanças ocorridas nas abordagens médico-psiquiátricas adotadas. Assim, em *O asilo e a cidade*, vemos sucederem-se capítulos que se debruçam sobre as transformações nos modos de diagnosticar e sobre as intervenções terapêuticas predominantes em cada momento histórico, outros que analisam os discursos dos pacientes, e outros que se interrogam pela relação do asilo com o mundo “de fora”. Dito de outro modo, o livro convida ao leitor a analisar o lugar que a Colônia Juliano Moreira ocupou no espaço social e o modo como esta instituição se vinculou com os diferentes atores que fizeram parte dessa trama: os médicos e psiquiatras, os políticos e clérigos, os doentes e seus familiares, e até os próprios vizinhos de Jacarepaguá.

Ana Teresa Venancio, Professora do Programa de Pós-Graduação em História das ciências e da Saúde da Fiocruz e Gisélia Franco Potengy, Professora da Universidade Federal de Pernambuco, organizaram um livro rico em detalhes, relatos, documentos e imagens, que apresenta diferentes modos de olhar e diferentes concepções de mundo, possibilitando ao leitor a compreensão desse universo complexo representado por uma Colônia psiquiátrica. Sem negar, nem obscurecer a existência de uma funcionalidade sociopolítica da exclusão da loucura, este estudo mostra com extrema delicadeza, que é necessário dar um passo a mais para poder entender de que modo transcorria o ir e vir nessa instituição.

Como podemos ler na apresentação do livro, a Colônia Juliano Moreira assim denominada como uma forma de homenagear esse prestigioso psiquiatra, iniciou suas atividades em 1935, mas começou efetivamente seu funcionamento dez anos antes, em 1924, com o nome “Colônia de Psicopatas Homens – Jacarepaguá”, fazendo referência à localização da instituição. Os dois primeiros Capítulos do livro, de autoria de Renato de Souza Dória, o primeiro, e de Renato Gama-Rosa Costa e Ana Paula Gonçalves, o segundo, estão dedicados a realizar uma cartografia do território onde se instalou a Colônia.

No primeiro capítulo analisa-se, justamente, esse momento histórico de transição política e urbana, marcado pelos conflitos vinculados com a ocupação de terras cariocas a inícios do século XX. Nessa mesma lógica centrada na observação das transformações ocorridas no espaço urbano de Jacarepaguá, o segundo capítulo apresenta um rico material documental, constituído por mapas e registros, que permite pôr em evidencia as mudanças ocorridas na cidade, a partir do momento em que se instala a Colônia. Esse capítulo mostra que a própria lógica da escolha do espaço rural, assim como sua posterior urbanização, estava diretamente vinculada com as transformações das concepções terapêuticas no campo da psiquiatria. Por tratar-se de um local distante das áreas centrais da cidade, arborizado e apropriado para a produção agrícola, esse espaço cumpria perfeitamente com as exigências de isolamento e exclusão à qual deviam submeter-se os pacientes tuberculosos, hansenianos e doentes mentais. Estes últimos poderiam realizar nas regiões rurais, como era então Jacarepaguá, a terapêutica considerada então privilegiada: a praxiterapia, ou seja, o tratamento pelo trabalho, neste caso pelo trabalho agrícola.

O terceiro capítulo, de autoria de Janis Pereira Cassília, convida ao leitor a afastar-se do espaço exterior para dirigir seu olhar ao interior da Colônia, particularmente a seus habitantes, os doentes mentais. Trata-se aqui de analisar as narrativas dos internos por meio dos registros e formulários preenchidos pelos pacientes e transcritos pelos médicos, mas também por referência a cartas e anotações deixadas pelos internos. Foram selecionadas 52 Fichas de Observação, no período de 1941 a 1942, dentre as quais foram escolhidos algumas narrativas. Nessas fichas aparecem os relatos de pacientes pobres, pedreiros, domésticas, trabalhadores rurais, que, em sua grande maioria, se negavam a aceitar o diagnóstico de doença mental que se lhes impunha, solicitando de maneira insistente que lhes fosse conferida sua alta. Ainda que esses argumentos parecessem ser sistematicamente desconsiderados pelos psiquiatras. Por outra parte, essas narrativas permitem também compreender as concepções políticas dos internos, seus medos, suas alianças e suas esperanças.

O quarto capítulo apresenta o resultado de um trabalho de pesquisa coletivo, realizado por cinco autores: Ana Teresa Venacio, Laurinda Maciel, Anna Beatriz de Sá Almeida, Bruno Dallacort Zilli e Silvia Monnerat. Este capítulo, denominado “Memórias coletivas e Identidades sociais na história do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios”, analisa a criação, no ano 1940, desse Pavilhão que estava originariamente destinado a mulheres tuberculosas internadas na Colônia Juliano Moreira. Isto é, abrigava a mulheres que além de sofrer uma doença mental eram tísicas. São estudadas aqui as posteriores transformações sofridas por esse Pavilhão ao longo de sua história, até sua completa desarticulação. O estudo evidencia que, nos diferentes períodos históricos, foram criadas formas de sociabilidade variadas, assim como identidades coletivas vinculadas às diferentes representações sobre “a loucura” que eram compartilhadas por doentes, funcionários e ex-funcionários. Vemos assim que, nos relatos de seus atores, o Pavilhão que fazia parte da Colônia, foi visto ao mesmo tempo como um espaço assustador, como um “pavilhão de malucos” que causava aversão, e como um espaço de sociabilidade, um local onde transcorriam as festas, as relações de amizade e os vínculos de solidariedade entre pares.

Nessa mesma linha discursiva, o capítulo cinco apresentado por Anna Beatriz de Sá Almeida, Ana Carolina de Azevedo Guedes e Pedro Henrique Rodrigues Torres, analisa detalhadamente as histórias de um conjunto de 238 internas desse mesmo pavilhão, entre 1940 e 1973. O artigo tem como propósito indagar quem eram aquelas mulheres, as razões da internação e o tipo de vida que levaram nesta instituição. Para responder estas questões, os autores usam os prontuários médicos e as fichas de observação definindo um perfil sobre as internas, os tipos de diagnóstico mais frequente e as classificações por constituições segundo a teoria de Ernest Kretschmer, que relacionava caráter, constituição (física, mental) e personalidade. Sem esquecer em nenhum momento do contexto histórico social e institucional, os autores mostram como essas histórias encaixam em uma sociedade que, ainda adiantada no que diz respeito do papel social da mulher, enfatizava na condição biológica e de classe para explicar as razões do internamento. Muitas dessas mulheres eram jovens, em idade reprodutiva, solteiras ou casadas sem filhos, de profissão doméstica, isto é, um tipo de mulher que fugia do padrão normativo, que considerava a mulher como reprodutora, mãe e ocupando profissões que contribuíssem para o progresso da nação. No final do artigo, um conjunto de 9 fichas evidenciam a trajetória de vida específicas de algumas dessas mulheres no que diz respeito a suas vivências, perfis sociais e contextos de internação.

Sigrid Hoppe analisa no capítulo seis as diversas práticas católicas desenvolvidas na Colônia com o propósito de mostrar as relações estabelecidas entre catolicismo, vida social e cuidados psiquiátricos. Hoppe mostra como os pacientes, alguns funcionários moradores no asilo, e os próprios vizinhos próximos à Colônia participaram em diversas atividades religiosas como a organização da capela, a celebração das missas, a constituição de um coral, as missas dominicais e outras atividades ritualísticas. Além dessas atividades, a presença do padre Joaquim del Rodrigues entre 1950 e 1990, influenciou a assistência religiosa e educativa dos pacientes da Colônia, concretamente através da “campanha de Pascoa”, momento de redenção e penitência. Esta campanha não somente pretendia colaborar com a cura dos pacientes, mas também impor a religião católica como uma maneira de assegurar o predomínio e hegemonia do catolicismo sobre outros tipos e práticas religiosas. O fato de que as celebrações fossem abertas, tanto para os internos quanto para os vizinhos da Colônia, relativiza, segundo o autor, o isolamento e confinamento social dos pacientes nesta instituição. Hoppe concentra a última parte de seu artigo na análise da comemoração da festa de São Cristovão que integrava à comunidade local, os pacientes e os motoristas do hospital, evidenciando disputas religiosas e de reconhecimento social.

124

No capítulo sete, Renato de Souza Dória e Leonardo Soares dos Santos apresentam a trajetória de vida do médico da Colônia Jacinto Luciano Moreira e seu papel histórico nas lutas sociais dos trabalhadores daquela região do distrito federal, o denominado Sertão Carioca. Na primeira parte de seu artigo, os autores mostram como a trajetória de vida de Jacinto Moreira esteve desde cedo marcada pelos movimentos sindicais e as lutas operárias acontecidas durante os primeiros anos do século XX, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Durante a segunda década desse mesmo século ingressa no Serviço de Doenças Mentais trabalhando no “serviço de lavoura” e passando, ao longo dessa década, por diversos cargos, até chegar a ser atendente de sanatório. Depois de grandes sacrifícios pessoais ingressa na faculdade e consegue concluir seus estudos em 1942. O relato dessa trajetória permite aos autores mostrar, de um lado, as diversas formas de relação de trabalho no âmbito do serviço estatal de saúde do distrito federal, somadas ao contexto institucional da época e por outro lado, as condições de moradia de alguns funcionários da Colônia, assim como o funcionamento do tratamento heterofamiliar. Nesse contexto, a experiência política do médico foi importante para a constituição de uma célula do PCB a partir dos anos 1945 e para a organização da Cooperativa de consumo dos servidores da Colônia Juliano Moreira. A participação política deste médico foi também importante para a organização das diversas lutas e reivindicações de outros trabalhadores e sindicatos no Sertão Carioca, especificamente para a fundação da liga camponesa nessa região. A análise da trajetória de vida de Jacinto Moreira mostra a maneira como se sucederam alguns acontecimentos políticos, médicos e sociais pelos quais se relacionaram os funcionários, a comunidade local e a Colônia, durante a primeira metade do século XX num contexto de luta política sindical.

O capítulo oito examina as práticas de assistência vigentes na Colônia durante a administração de Kubistchek entre 1956 e 1960. André Luiz de Carvalho Braga, autor deste capítulo, mostra como a Colônia se integra como parte de um modelo administrativo dependente do Serviço Nacional de Doenças Mentais a partir de 1940, cumprindo com

diversas funções de assistência psiquiátrica. O autor descreve detalhadamente as mudanças institucionais, o modelo terapêutico da Colônia, que incluía a praxiterapia, as atividades agrícolas e a estrutura heterofamiliar, assim como seu processo de expansão e a transferência de pacientes desde diferentes instituições de assistência a doentes mentais do Rio de Janeiro para a Colônia. Em 1948, tal como menciona o autor, é criado o ambulatório de higiene mental com o intuito de promover a readaptação dos egressos da Colônia e assistir aos pacientes passivos de tratamento ambulatorial. O ambulatório aumentou a transferência de pacientes e se constituiu em uma das portas de entrada da assistência psiquiátrica para toda a população, isto é, tornou-se um órgão de atendimento local. O autor ainda mostra os diversos problemas que a instituição teve que afrontar relacionados com a falta de verba, de profissionais e de estrutura para cumprir com as demandas impostas pelas políticas nacionais e locais relacionadas com a assistência a doentes mentais.

No último capítulo do livro, Gisela Franco Potengy e Sigrid Hoppe evidenciam como a partir de 1980 e em decorrência de um conjunto de alterações nas políticas públicas de saúde e de assistência mental, foram também alteradas as posições sociais dos trabalhadores da Colônia, assim como também o lugar dos moradores das comunidades que integravam o aparato institucional. Mudanças relacionadas com o cotidiano, as vivências e as formas de inserção social, a memória e a identidade das pessoas que construíram suas vidas nesse território. Como assinalam os autores a mudança propiciada pela reforma psiquiátrica alterou o modelo de tratamento “comunitário” da Colônia, levando ao esvaziamento dos pavilhões de pacientes. A instauração de residências terapêuticas e o tratamento ambulatorial modificaram demográfica, cultural e socialmente as atividades e vivências da localidade. A desinstitucionalização da Colônia não somente transformou territorialmente o seu espaço, também modificou simbolicamente as relações de seus habitantes entre eles, com a cidade, com os serviços públicos e com seus próprios direitos sociais.

Por fim, resta dizer que livro *O asilo e a cidade* realiza uma completa análise histórica e sociológica de um dos asilos mais importantes do Brasil, por esse motivo convidamos à comunidade acadêmica a ler e consultar este interessante e instigante livro.